



Ajuda Memória

101ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor - Biênio 2023/2025

Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN) e Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião (ARIESS)

No dia 28 de Março de 2024, através do aplicativo Zoom, às 14:16, iniciou-se a 101ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor (CG) da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN) e Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião (ARIESS).

PAUTA:

- 1. Abertura**
- 2. Aprovação da Ajuda Memória da 100ª Reunião do CG**
- 3. Informes:**
 - a) Mar sem Lixo - Limpeza de Manguezal durante o defeso
 - b) Vigília para Andada do Guaiamum - Caçandoca
 - c) Recadastramento dos Cercos-Flutuantes
 - d) Relatório de Gestão da Fundação Florestal (FF)
 - e) Curso 2 da Condicionante 1 do Pré-Sal da Petrobras
 - f) Ecobarreiras de São Sebastião - SEMAM São Sebastião
- 4. Proposta de Criação do Parque Estadual Marinho Tartaruga de Pente (PEMTP)**
- 5. Encaminhamentos**

Abertura

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) agradeceu a presença de todos e pediu autorização para gravar a reunião. Explicou que o link disponível via plataforma Zoom da reunião não é da Fundação Florestal, foi cedido por um parceiro para garantir a participação de todos no dia, mas que a partir da próxima reunião do Conselho Gestor (CG) será via plataforma TEAMS, pediu para que todos baixassem o novo aplicativo e que a equipe da APAMLN está a disposição para ajudar com qualquer dificuldade. Em seguida falou os combinados para o bom andamento da reunião, apresentou a equipe da APAMLN e as devidas atribuições durante a reunião. Agradeceu a presença das demais equipes da Gerência do Litoral Norte (GLN), da Diretoria do Litoral Norte (DLN), Baixada Santista, Vale do Paraíba e Mantiqueira, Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA) e a equipe responsável pela Criação de Unidades de Conservação da Fundação Florestal.

Aprovação Ajuda Memória 100ª Reunião C.G

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) apresentou a Ajuda Memória da 100ª reunião do CG para deliberação. Sem objeções, foi aprovada.



Informes

a) Mar sem Lixo (MSL) - Limpeza de Manguezal durante o defeso

Mayla Yasuoka Dombrowsky (APAMLN) fez a apresentação dos resultados das limpezas de manguezal do Programa MSL, tanto na APAMLN como em todos os demais municípios que possuem o Programa do Mar Sem Lixo no estado e reforçou o convite para a participação de todos para os próximos mutirões que ainda acontecerão no mês de abril. Por fim, agradeceu a parceria das prefeituras de Ubatuba e São Sebastião para a realização dos mutirões e aos parceiros dos territórios.

b) Vigília para Andada do Guaiamum - Caçandoca

Gabriel Devecchi de Souza (APAMLN) fez o convite para a Vigília da Andada do Guaiamum na Praia da Caçandoca, que aconteceu nos dias 6, 7 e 8 de Abril, reforçou sobre a importância do cuidado com os manguezais e sua biodiversidade. Agradeceu os parceiros, principalmente ao Grupo Terra do Guaiamum e Associação do Quilombo da Caçandoca, pela organização do evento.

c) Recadastramento dos Cercos-Flutuantes

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) reforçou sobre o processo de recadastramento dos Cercos-Flutuantes, explicou que a APAMLN e as Colônias já estão recebendo as documentações e que o prazo para a entrega é até dia 15/04. Falou quais são os documentos necessários para o recadastramento e reforçou que para os cercos novos o processo será um pouco mais demorado, mas já pode ser entregue parte da documentação.

Márcio Roberto dos Santos "Chico" (Associação dos Moradores da Almada - AMA) disse que o evento do Manguezal é muito bacana, mas que a realidade dos manguezais no território é muito problemática, com muitas irregularidades e degradação ambiental. Perguntou quais seriam as devolutivas das autoridades sobre as irregularidades que estão acontecendo nos manguezais do território, quem deve responder? Sobre o Cerco-flutuante, informou que vários cercos estão parados há mais de 4 anos sem uso e que com o aumento da maricultura existe essa preocupação com os pescadores dos Cercos-flutuantes, visto que com essas áreas paradas os pescadores podem perder o cadastro, comentou que precisa reforçar sobre a importância do recadastramento para os pescadores e passar essas áreas paradas para outros pescadores de cerco-flutuante.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) disse que é preciso comprovar o uso do Cerco-flutuante para cumprir a Resolução SMA nº 78/2016 que regulamenta os cercos-flutuantes na APAMLN sem burocratizar, mas é importante que essa área seja utilizada dentro desse período de 4 anos. Explicou que existem diversas formas de



comprovar a atividade e o pescador pode buscar essas informações com detalhes na APAMLN.

Lais Coutinho Zayas Jimenez (FF) apresentou-se e explicou sua atuação na Fundação Florestal com relação aos manguezais, informou que existe o Programa Manguezais, a proposta é uma gestão integrada, buscando o ordenamento e uso sustentável dos manguezais. Explicou que no site da FF existe a aba “Oceanos” onde tem as informações sobre os temas relacionados aos manguezais. Se colocou à disposição para tirar dúvidas e ouvir as demandas sobre os manguezais no território do LN.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) agradeceu a Lais Coutinho Zayas Jimenez (FF) e disse que numa próxima reunião pode ter uma pauta sobre o Programa Manguezais da FF.

Renan de Souza Dias (APAMLN) leu o recado da Gilda no chat sobre a ação de limpeza de manguezal na Ilhabela, que será no dia 6 de abril das 9 às 12h no Manguezal da Barra do Rio Paquera, manguezal que está dentro da área da APAMLN. Reforçou o convite para todos e todas.

Felippe Aldert Postuma (Prefeitura Municipal de São Sebastião - PMSS) perguntou sobre o cadastramento dos Cercos-flutuantes, se o pescador que não é vinculado à colônia pode encaminhar os documentos diretamente para a APAMLN, informou sobre a problemática do desuso de certos cercos-flutuantes em São Sebastião e que outras pessoas estão interessadas nessas áreas paradas. Perguntou como ficará o procedimento para essas áreas de cerco-flutuante em desuso.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) disse que os casos em que não houver comprovante da atividade dentro dos 4 anos serão encaminhados para uma reunião da Câmara Técnica de Pesca e Maricultura da APAMLN para avaliação e encaminhamento. A pessoa poderá perder o cadastro e essa área ficará disponível para outra pessoa entrar com o pedido de uso. As pessoas interessadas poderão encaminhar a solicitação para a APAMLN, para fazer o cadastramento do novo cerco-flutuante.

Izaneide (Araçá) disse que estão com um problema de desapropriação da área de manguezal na baía do Araçá e querem aterrar uma área de manguezal no território. Informou que terá uma audiência pública e pediu a presença da Laís e da APAMLN nessa reunião e do apoio para a comunidade sobre essa questão.

Laís Coutinho Zayas Jimenez (FF) disse que vai buscar os detalhes sobre essa problemática com a Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) e que está à disposição para ouvir e auxiliar dentro desse processo.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) disse que vai passar as informações para a Laís Coutinho Zayas Jimenez (FF) e também está à disposição para dialogar e tirar dúvidas da comunidade do Araçá.



Ana Flávia Sallai Pinto (Associação dos Amigos e Remadores de Canoa Caiçara - AARCCA) informou que o cerco-flutuante parado sempre tem uma questão, que o ideal é entender o que está acontecendo e não cancelar os cadastros antes de entender o caso a caso de cada pescador.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) disse que essa é a proposta e que após o prazo de entrega dos documentos terá uma reunião na Câmara Técnica (CT) Pesca e Maricultura para avaliar esses casos específicos e poder dar o melhor encaminhamento.

Maria Emília Morete “Mia” (Instituto Verde Azul - VIVA) informou que em breve começa a temporada de baleia jubarte no território (a partir de abril) e que a última temporada foi considerada atípica, com a presença de muitas baleias próximas a regiões costeiras, reforçou sobre a importante atenção dos pescadores para evitar acidentes com os petrechos de pesca, como aconteceu com um cerco-flutuante no ano passado, para não ter prejuízo e perda de materiais para os pescadores e evitar acidentes com as baleias. Reforçou sobre a necessidade de divulgação e ações educativas sobre as regras de observação e aproximação de cetáceos, pois é fundamental para a segurança de todos e para o bem estar dos animais.

d) Relatório de Gestão da FF

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) informou que saiu o relatório de gestão de 2023 da Fundação Florestal e que estará nos encaminhamentos o link para acessar esse documento.

e) Curso 2 da Condicionante 1 do Pré-Sal da Petrobras

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) informou sobre o próximo curso da Condicionante 1 da Etapa 3 do Pré-Sal da Petrobrás, que as inscrições estão abertas e o tema desse curso é “Como empreender na pesca artesanal”. Disse que mais informações estarão nos encaminhamentos.

f) Ecobarreiras de São Sebastião - SEMAM SS

Silvio Gonçalves Peres Junior (Secretaria do Meio Ambiente de São Sebastião - SEMAM SS) agradeceu pelo espaço e oportunidade de apresentar o projeto das ecobarreiras, explicou que em dezembro foi iniciado o projeto piloto para a limpeza dos rios com as ecobarreiras. Foram instaladas duas ecobarreiras piloto e durante os manejos e monitoramento foi comprovado a eficiência da ecobarreira para retenção de resíduos sólidos. A proposta agora é instalar mais ecobarreiras em outras regiões e para isso foram mapeados os principais córregos do município. Explicou que as ecobarreiras são fundamentais para evitar que os resíduos cheguem nas áreas de manguezal. Apresentou também alguns resultados das limpezas de manguezal do Colhereiro, Araçá e Enseada. Comentou que além das ações de limpeza são realizadas diversas atividades



educativas com a sociedade civil, comunidades e escolas. Por fim, explicou o projeto E-Lixo e as ações de reutilização dos lixo eletrônico para atividades educativas.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) agradeceu ao Silvio Gonçalves Peres Junior (SEMAM SS) e toda equipe da SEMAM, lembrou sobre a importância do momento conselheiro para o CG, tanto para conhecer os trabalhos das instituições no território como para fortalecer os dados são inseridos para não gerar conflitos com as comunidades pesqueiras, de f as parcerias entre as instituições, como do Programa MSL com a SEMAM.

Ana Flávia Sallai Pinto (AARCCA) perguntou onde é possível acessar os dados sobre as baleias próximas à região costeira para a Maria Emília Morete “Mia” (VIVA) e pediu o cuidado sobre como esses orma que as comunidades tradicionais não saiam como vilãs.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) disse que colocará uma pauta sobre as temporadas das baleias para a próxima reunião pois é um tema muito importante para o território.

Izaneide (Araçá) disse que as ecobarreiras são muito boas, mas que o ideal é a instalação de uma ecobarreira em gradil pois coleta muito mais lixo do que as ecobarreiras de bombonas, como são feitas atualmente, disse já ter feito esse pedido para o Silvio Gonçalves Peres Junior e SEMAM para considerarem a instalação desse modelo.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) disse que é uma boa ideia a instalação desse tipo de ecobarreira de gradil e que é possível pensar e articular possíveis parcerias para viabilizar essa instalação e manutenção.

Marcio Jose dos Santos (GLN) comentou sobre o documentário "Canoa Caiçara Maria Comprida", que conta a história de construção dessa canoa tradicional, registrando o processo construtivo de uma réplica da icônica canoa Maria Comprida de todas as etapas da construção da réplica desta histórica canoa até o lançamento da embarcação nas águas de Ubatuba-SP. A original, há 50 anos, foi levada de Ubatuba à Santos em uma travessia marítima pelas mãos de cinco canoieiros locais. Explicou que o evento foi organizado pela Ilha Museu e que outras atividades estão previstas. Enfatizou a beleza do documentário e de todo o processo de criação dessa canoa réplica, e que para além do documentário, a importância da atividade de criação de canoa caiçara para o território, sendo uma atividade tradicional, rica de conhecimento e sabedoria ancestral. Reforçou sobre a importância da valorização desse saber e dessa arte que demonstra como a cultura caiçara, através de suas embarcações permanece viva. Em seguida convidou todos para o aniversário do PEIA, no dia 31.03, próximo domingo, onde a réplica da canoa Maria Bonita fará a volta na Ilha Anchieta em homenagem à data comemorativa do Parque.

Proposta de Criação do Parque Estadual Marinho Tartaruga de Pente (PEMTP)



Diego (Diretoria do Litoral Norte - DLN) agradeceu toda equipe da APAMLN e em seguida explicou que para avançar com um projeto do PEMTP é necessário passar por todos os processos, disse os conselhos das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Marinhas têm um papel fundamental, pois criam espaços de troca de experiência, informação e representação dos diversos setores da sociedade. Agradeceu e parabenizou todos os envolvidos que participam e conduzem os Conselhos pois é trata-se de uma ferramenta fundamental para a Instituição FF e seu aprimoramento.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) agradeceu pela fala do Diego (DLN) e agradeceu todos os conselheiros e conselheiras pela presente e ativa participação no conselho da APAMLN, disse que é fundamental a participação de todos e todas para o bom andamento da UC. Em seguida explicou a dinâmica para a pauta do PEMTP, reforçou os combinados para o bom andamento de um debate saudável sobre o tema.

Tatiana Yamauchi Ashino (Assessoria Diretoria Executiva) agradeceu pela oportunidade e explicou que a apresentação tem como proposta fazer uma síntese sobre o processo de criação do Parque Estadual Marinho Tartaruga de Pente, em seguida fez a apresentação.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) agradeceu pela apresentação da Tatiana Yamauchi Ashino (Assessoria Diretoria Executiva) e disse que essa pauta já foi apresentada no Conselho Gestor da APAMLN, reforçou como é importante ter noção desse histórico do processo. Explicou que a questão do Ato Tendente, que foi uma demanda solicitada pelo setor da pesca e que o texto é exatamente o mesmo do plano de manejo da APAMLN.

Alexander Turra (Instituto Oceanográfico da USP - IO/USP) disse que a apresentação foi muito importante para lembrar o processo histórico da proposta de criação do PEMTP, comentou que o processo está sendo bastante transparente. Em seguida falou sobre um estudo que foi feito nas ilhas do Mar Virado, Anchieta e Palmas, que dentre os resultados as ilhas Anchieta e das Palmas apresentam importante biodiversidade para a região em comparação com a do Mar Virado, disse que essa publicação é recente, do ano de 2022. Explicou sobre outra publicação de um estudo feito na Ilha Anchieta com caramujos e o impacto das mudanças ambientais nesses organismos, reforçou como as áreas marinhas protegidas de forma integral são fundamentais para determinadas espécies e para a biodiversidade regional. Por fim, enfatizou a importância de um mosaico de Unidades de Conservação e da criação de uma UC integral para um olhar mais atento à área proposta, visto que a APAMLN é uma UC muito grande e não é possível dar atenção específica à uma área só. Link da pesquisa: “Imposex incidence in the sandy beach snail *Hastula cinerea* reveals continued and widespread tributyltin contamination after its international ban” <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2352485521004850?via%3Dihub>



Mara Ester M. de Souza (Associação Náutica do Litoral Norte de São Paulo - ASSONA) disse que os argumentos apresentados não convencem pois não está tendo um diálogo claro com a sociedade. Perguntou sobre a real necessidade de criar uma Parque Estadual dentro de uma APA, sendo que a mesma já possui regramentos específicos para essa área. Disse que a área já é de exclusão de pesca e perguntou porque o ordenamento do turismo na região não pode ser realizado pelo PEIA.

Geraldo de França Ottoni Neto (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) disse que concorda com o Alexander Turra (IO) e que o ICMBio apoia a criação do PEMTP. Informou que a área é de exclusão de pesca apenas no papel, na prática não existe fiscalização. Exemplificou a UC de Alcatrazes, que apesar da pesca ser proibida há muitos anos, apenas com a criação da UC e a presença da gestão e parceiros no território foi possível repreender a pesca de forma efetiva, que agora é um importante ecossistema para biodiversidade marinha de toda região do Litoral Norte. Disse que com o aumento da área de proteção integral da Ilha Anchieta mais a Estação Ecológica (ESEC) Tupinambás terá uma maior efetividade de proteção, inclusive para as duas UCs.

Wagner Vargas Legnini (Associação Paulista de Pesca Submarina - APPS) disse que concorda com a Mara Ester M. de Souza (ASSONA) e não entende porque criar um parque em cima de um local que já é protegido. Comentou sobre o estudo que o Alexander Turra (IO) falou, sobre a comparação entre o Mar Virado e a Ilha Anchieta, disse que antes da Ilha Anchieta ser parque já tinha um volume de peixe muito grande e que desde a criação do PEIA ele não viu uma diferença significativa na população de peixes mergulhando na região há mais de 20 anos. Explicou que com a criação do parque marinho é evidente que a gestão irá ser mais eficiente e que acha isso um ponto positivo, mas que acha que a criação das Unidades de Conservação (UCs) sempre beneficia um grupo pequeno e não a maioria da população. Perguntou sobre qual seria o benefício para a sociedade, se o parque não será elitizado, se as pessoas terão acesso a essa UC e qual é a garantia que esse polígono não será aumentado. Por fim, disse que criar um parque marinho é muito importante, mas outras demandas também são fundamentais e não são realizadas, como a problemática da criminalização da pesca artesanal, perguntou por que não é pensado nessas pautas urgentes e as possíveis soluções para essas questões que são tão importantes quanto a criação de um parque marinho.

Alexandre Porfirio (Instituto Brasileiro Mata Atlântica e Biodiversidade Marinha - IBAM em São Sebastião) se apresentou e em seguida perguntou sobre a questão da controversa de criar um parque dentro de outra unidade de conservação, utilizando o exemplo do Parque da Restinga de Bertoga onde ele acredita que trouxe muitos conflitos para a região. Disse que se preocupa com a pressão sobre as comunidades tradicionais e reforçou o apoio da fala da Mara Ester M. de Souza (ASSONA). Perguntou se não é mais efetivo fortalecer a gestão da APAMLN para garantir uma melhor gestão do que criar outra unidade de conservação. Reforçou sobre a pressão sobre a pesca artesanal, que vem sendo criminalizada constantemente, por fim, disse que não existe



uma devolutiva dos pescadores artesanais sobre um real aumento de peixes por conta dessas áreas de exclusão de pesca.

Márcio Roberto dos Santos “Chico” (AMA) comentou que esse debate é antigo e vem se arrastando por anos, disse que a manifestação das comunidades sempre foi contra a criação do PEMTP, mas que o momento é oportuno já que agora ficará registrado em ata da APAMLN. Disse que a criação de parques marinhos é sempre para a elite e não para a população. Enfatizou que o conselho gestor é da APAMLN e que os conselheiros podem registrar a manifestação pela não criação do PEMTP. Sugeriu uma votação dentro do conselho da APAMLN para ver quem é a favor ou contra a criação dessa UC e levar o resultado dessa votação para a FF. Perguntou sobre a zona de amortecimento, que não entendeu claramente sobre como será definido e gostaria de mais esclarecimento. Para concluir, disse que a área do PEMTP deveria ter um espaço definido para pesca artesanal, como um cerco-flutuante ou maricultura de uso sustentável, que dessa forma teria o apoio da pesca artesanal e da comunidade tradicional. Reforçou que não está de acordo com a criação da PEMTP.

Ana Flávia Sallai Pinto (AARCCA) disse que representa diversos papéis nos espaços de representação do território, e na reunião está representando os pescadores artesanais. Disse que os pescadores não estão de acordo com a criação da PEMTP. Enfatizou que as reuniões que aconteceram durante a pandemia não representam a realidade, visto a dificuldade de participação de diversos setores, que não pode ser configurada como audiência pública. Comentou que a área da APAMLN é uma Zona de Proteção da GeoBiodiversidade (ZPGBio), sendo uma área de exclusão de pesca e que as comunidades tradicionais pesqueiras respeitam essa regra, disse que se tem gente pescando nessas áreas, elas devem ser punidas, mas isso não retrata todos os pescadores artesanais. Relembrou que todos os espaços que já aconteceram para que as comunidades se manifestassem sobre a pauta, sempre foram contra, mesmo assim, a pauta está sendo levada adiante, o que parece é que essa consulta não está cumprindo o objetivo e já está tudo definido. Disse que recentemente saiu um vídeo da empresa Green Heaven e foi extremamente ofensivo para as comunidades tradicionais, que é preciso refletir sobre o papel do PEIA dentro desse processo. Reforçou que quer que conste em ata que os pescadores artesanais são contra a criação do PEMTP.

Roberto Davi Miani Cialfi (Associação as Empresas Náuticas de Ubatuba - ANUBA) falou que o segmento náutico é contra a criação do PEMTP, que é preciso maior clareza com relação aos regramentos, principalmente com relação à área de exclusão de pesca e da zona de amortecimento. Perguntou sobre as documentações, se o decreto do PEMTP será feito de forma participativa ou de cima para baixo. Disse que a criação de uma UC vai aumentar os custos da máquina pública e é preciso avaliar se isso realmente é uma prioridade.

Diego (DLN) comentou sobre a fala do Geraldo (ICMBio), sobre a importância da complementaridade e a não substituição das Unidades de Conservação. Explicou que o



Parque da Restinga de Bertiooga trouxe muitos benefícios para a sociedade, tanto que, houve recentemente uma complementaridade da área a pedido da comunidade do entorno. Enfatizou que o mosaico de Unidades de Conservação trazem um ganho para a população pois garantem maior segurança, já que a especulação imobiliária é muito agressiva, garantindo para o território uma melhor condição ambiental. Disse que quando se tem uma boa gestão, os resultados são evidentes. Reforçou que acredita que a complementaridade entre as UCs é fundamental, apresentando resultados efetivos e positivos tanto ambientalmente quanto socialmente. Comentou sobre a pergunta do Wagner (APPS) de cobrar ingresso do parque, disse que os parques marinhos não possuem a cobrança de ingresso, seria impossível criar um polígono nessas áreas, o que existe atualmente, como é feito no Parque Estadual Laje de Santos, é o pagamento pelo serviço de mergulho. Por fim reforçou que o cerne do projeto do PEMTP é sobre a complementaridade das UCs no território, para aprimorar e melhorar a gestão dessa área.

Rodrigo Victor (Assessoria da Fundação Florestal) disse que está de pleno acordo sobre comunicar com a sociedade, que em um primeiro momento foi pensado nos atores ligados diretamente a esse tema, como os pescadores, operadores de turismo e comunidade tradicionais, mas que sim, a FF continua aberta para comunicar nos próximos meses, que o processo está aberto e a FF está a disposição da sociedade como um todo, para dialogar, ouvir e trazer informações sobre essa pauta. Comentou que duas pautas foram bastante faladas na reunião, uma sobre criar um parque numa área de proteção ambiental, e outra sobre a área de exclusão de pesca. Explicou que as leis não se aplicam sozinhas, as leis precisam de fiscalização e presença da gestão no território. A presença no território precisa ser da sociedade como um todo, mas o estado precisa obrigatoriamente estar presente, pois são as executoras das leis. Sobre a questão da área ser APAMLN, a FF quer aumentar a capacidade de gestão desse território, pois trata-se de uma área diferenciada, em diversas esferas, ambiental, social e cultural. Dentro das capacidades da APAMLN fica fora das condições de fazer a gestão dessa área com a mesma atenção e presença que um parque marinho. Sobre a questão do tempo de debate do PEMTP ser muito antigo disse que não se trata de ser uma proposta velha mas muito atual, os estudos utilizados para o embasamento da criação do parque são na maioria estudos específicos e locais, com muitas informações ricas e regionais, o que é um grande diferencial. Respondeu a pergunta do Geraldo (ICMBio), explicou que a proposta é que com o tempo a gestão do parque marinho seja independente de qualquer outra UC, para atender a demandas específicas da unidade, devido a uma questão operacional no início será uma gestão compartilhada com o PEIA, mas no futuro a proposta é se tornar independente. Sobre a questão levantada do Wagner (APPS), disse que concorda que o acesso às áreas marinhas normalmente é mais restrito, devido aos custos para chegar nessas regiões, mas a FF busca a integração da sociedade com as UCs, promovendo projetos para conectar a sociedade com as áreas protegidas.

Por fim, respondeu às dúvidas de Márcio “Chico” (AMA) e Ana Flávia Sallai Pinto (AARCCA) sobre a zona de amortecimento, explicou que todas as UCs (exceto APA e RPPN) tem obrigação de ter uma zona de amortecimento, está na lei, o que está



proposto dentro do processo do PEMTP é que a zona de amortecimento não será maior que a ZUBE delimitada no zoneamento da APAMLN, e que do ponto de vista de restrições, não será mais restritiva do que as regras da APAMLN, ou seja, não será mais restrito que as regras atuais, que são da APAMLN. Demais detalhes deverão ser debatidos e definidos no plano de manejo, mas a proposta é que essas condições já sejam pré-estabelecidas no decreto de criação da UC. Reforçou que nessa fase do processo não é um o momento para criar todas as regras da UC, assim como a APAMLN as regras são pensadas e construídas dentro do plano de manejo, após o decreto da criação da UC, esse processo será realizado de forma participativa.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) reforçou que definir condições e critérios para a criação da UC é algo inovador e mostra que o processo busca incorporar as demandas e propostas do território.

Maria Emilia “Mia” (VIVA) disse que concorda com as falas que tratam da importância sobre os usos humanos dos recursos ambientais, mas que existem centenas de espécies que também vivem e usufruem dessas mesmas áreas, que o ambiente não é de exclusividade humana. Reforçou que já é sabido que as áreas protegidas são fundamentais e trazem diversos benefícios ambientais, sociais e econômicos para a sociedade, apesar dos desafios da gestão, que todos sabem como é complexo, uma vez que uma área protegida é definida, é mais fácil batalhar para que seja devidamente fiscalizada e com uma boa gestão. Por fim, disse que apoia a criação do PEMTP por todos os benefícios que um parque pode trazer para o território e entorno.

Gilda Nunes (Instituto Ilhabela Sustentável) agradeceu os esclarecimentos que foram feitos sobre as dúvidas levantadas na audiência pública. Reforçou sobre a consonância com a 10ª Conferência das Partes (COP10) sobre a criação de UC marinhas e costeiras, disse que a criação de UCs favorece a pesca de forma indireta, visto que possibilita o aumento da população de peixes na região. Disse que apoia a criação do PEMTP e que, inclusive, espera que outras áreas do Litoral Norte se tornem parque marinho, como no entorno da Ilha das Cabras em Ilhabela.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) agradeceu todas as falas e disse que o Conselho Gestor tem esse papel importante de espaço para diálogo e representatividade.

Marcio (GLN) explicou que a Zona de Amortecimento (ZA) não extrapolará os limites da Zona de Uso de Baixa Escala (ZUBE) no setor Cunhambebe da APAMLN, a proposta é que a área máxima está fechada mas não a mínima, isso pode ser debatido e definido com detalhes no plano de manejo. Esse limite máximo da ZA está proposto para o decreto da criação da UC para justamente trazer essa segurança para as comunidades tradicionais e para o setor pesqueiro. Respondeu a dúvida do Roberto (ANUBA) sobre os regramentos, informou que já existem essas duas propostas para serem incorporadas no decreto, do ato tendente e da zona de amortecimento por questões de acatar as demandas do território, os demais regramentos serão debatidos dentro do



processo do plano de manejo da UC, conforme determina o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, inerente a criação de uma unidade de conservação. Comentou sobre a fala da Ana Flávia Sallai Pinto (AARCCA), se já é fato ou não a criação da UC, afirmou que não é fato, hoje é mais um espaço de diálogo para debater sobre o tema e que o espaço formal, onde serão feitos os debates e votação, é o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA). Os conselhos das APAs são consultivos, mas os debates são registrados em ata e são documentos importantes que serão somados ao processo e onde pode-se registrar os posicionamentos de cada representação. Por fim, reforçou que a FF está à disposição para fazer os esclarecimentos sobre o processo para toda a sociedade. Dentre os pleitos já levantados anteriormente, a FF está levando em consideração e buscando incorporar o máximo de demandas apresentadas, por meio do diálogo e processo construtivo e coletivo. Os espaços de discussão e construção são fundamentais para elaborar uma proposta que contemple a sociedade como um todo, e pediu para a Mara (ASSONA), que se tiver setores da sociedade que necessitam de esclarecimentos, ela pode informar a FF e toda a equipe estará sempre à disposição para esclarecimentos e conversas.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) agradeceu à fala de todos e todas e que foi um debate muito enriquecedor com diversas colocações de diferentes setores. Reforçou que a FF está à disposição para dialogar e esclarecer quaisquer dúvidas. Em seguida leu uma pergunta da Ana Flávia Sallai Pinto (AARCCA) no chat:

“Outra dúvida, pode ser enviada por email aos povos e comunidades tradicionais quando o assunto do parque Marinho for levado ao CONSEMA conseguimos ter espaço de participação nessa instância que decide muitas questões de nossas vidas mas não temos representações desse segmento dos povos e comunidades tradicionais para opinar?”

Respondeu que sim, que pode encaminhar o email com as informações.

Diego (DLN) disse que há representação no CONSEMA pelo Instituto Socioambiental - ISA e que o conselheiro é Fernando Prioste. Uma pessoa muito ativa e importante no CONSEMA.

Gabriela Tibiriçá Sartori (APAMLN) agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a reunião.

Encaminhamentos

Informes:

1. Mudança de plataforma para as reuniões online

A partir da próxima reunião utilizaremos a plataforma "Teams" para as reuniões online. Solicitamos que baixem o aplicativo em seus celulares e computadores para melhor experiência

Segue o site com um tutorial para utilização do Teams:
<https://support.microsoft.com/pt-br/office/entrar-e-come%C3%A7ar-a-usar-o-microsoft-teams-6723dc43-dbc0-46e6-af49-8a2d1c5cb937>



2. Agenda da APAMLN:

Dia 6 de abril das 9 às 12h - Limpeza do Manguezal da Barra Rio Paquera, Ilhabela

Dias 6, 7 e 8 de abril - Vigília da Andada do Guaiamum na Caçandoca, Ubatuba

Dia 18 de abril, às 14h - Reunião do Conselho Gestor

Dia 23 de abril, das 8h30 às 17h30 - Curso "Como empreender na pesca artesanal", Ubatuba (Condicionante 1 da Etapa 3 do Pré-Sal da Petrobras)

Dia 25 de abril, das 8h30 às 17h30 - - Curso "Como empreender na pesca artesanal", São Sebastião (Condicionante 1 da Etapa 3 do Pré-Sal da Petrobras)

3. Recadastramento dos Cercos-Flutuantes da APAMLN

Preencher e assinar o Requerimento de Parecer da Autoridade Marítima para realização de Obras (anexo)

Entregar na Colônia ou Associação o Requerimento e um comprovante de atividade (nota do produtor, declaração do Instituto de Pesca, etc)

Colônias e Associações entregarão os documentos na Capitania de São Sebastião junto com a APAMLN

Não há taxa para o pescador

4. Relatório de Gestão da FF: <https://fflorestal.sp.gov.br/2024/03/fundacao-florestal-divulga-relatorio-de-gestao-2023/>

Pauta:

Proposta de Criação do Parque Estadual Marinho Tartaruga de Pente

Apresentação feita no CG segue em anexo

Materiais sobre a proposta de criação da Unidade de Conservação:

<https://fflorestal.sp.gov.br/criacao-de-unidades-de-conservacao/#1704905132317-cf905dd7-4c70>

Próximos passos:

1- Continuidade do processo participativo e consulta pública

2- Publicação da Resolução SEMIL de procedimentos preparatórios

3- Manifestação do CONSEMA

4- Edição do decreto de criação da Unidade de Conservação

Programa Manguezais da Fundação Florestal

<https://fflorestal.sp.gov.br/programa-manguezais/>

Contato: lais.jimenez@fflorestal.sp.gov.br

A reunião foi finalizada às 17h49min.

Esta ajuda-memória foi elaborada por Mayla Yasuoka, monitora ambiental da APAMLN/ARIESS, e aprovada pela presidente do Conselho Gestor Gabriela Tibiriçá Sartori.

Anexo 1. Lista de Presença 101ª Reunião Conselho Gestor APAMLN/ARIESS

Nome	Instituição/Entidade
Tami Albuquerque Ballabio	Instituto Argonauta
Edson Marques Lobato “Fredê”	Instituto Conservação Costeira - ICC
Thais Lobo	Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB/SIMA
Maria Emília Morete “Mia”	VIVA Instituto Verde Azul
Jociani Debeni Festa	Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte - CBH/LN
Luiz Claudio “Santiago” Bernardes	Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba - FCT
Isadora Santos Bonello	CIA Docas de São Sebastião - DSS
Ricardo de Azevedo Lourenço	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB
Luiz Henrique Nicola Marques	Prefeitura Municipal de Caraguatatuba - PMC
Felippe Aldert Postuma	Prefeitura do Município de São Sebastião - PMSS
Lucas de Castro Navarro	Associação dos Maricultores do Estado de São Paulo - AMESP
Márcio Roberto dos Santos “Chico”	Associação dos Moradores da Almada - AMA
Geraldo de França Ottoni Neto	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/MMA)
Mara Ester M. de Souza	Associação Náutica do Litoral Norte de São Paulo - ASSONA
Bernadete Galvão Fernandez	Diretora de Controle de Poluição Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Prefeitura de Ilhabela
Fábio Luciano Pincinato	Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte - CBH/LN
Davi Moreira da Silva	Associação dos Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha - MAPEC



FUNDAÇÃO FLORESTAL



ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA
LITORAL NORTE

Ana Lucia Almeida Rodrigues	Prefeitura Municipal de Ubatuba - PMU
Benedita Aparecida Leite Costa	Colônia de Pescadores Z6 "Senador Vergueiro" - Ilhabela
Silas Barsotti Barrozo	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI/SAA
Misty Rizzo	Instituto Verde Azul - VIVA
Alexander Turra	Instituto Oceanográfico - IO/USP
Caetano Machado de Almeida Jr.	Colônia de Pescadores Z8 "Benjamin Constant" - Caraguatatuba
Wagner Vargas Legnini	Associação Paulista de Pesca Submarina - APPS
Alexandre Porfirio	Projeto IBAM, Instituto Brasileiro Mata Atlântica e Biodiversidade Marinha - São Sebastião
Lucas Citele Candido	Petrobras
Bruno Leonelle Garrote	Monitor Ambiental da Gerência Regional Litoral Norte SP Fundação Florestal –SEMIL/SP
Giovana Cioffi	UNESP São Vicente
Marcela Dálete	Mestranda no PPG ICTMAR da UNIFESP
Kátia	Secretária de Municipal de Meio Ambiente - Prefeitura de Ilhabela
Silvio Gonçalves Peres Junior	Secretaria do Meio Ambiente (São Sebastião), divisão Socioambiental
Marcio Jose dos Santos	Gerência Regional Litoral Norte SP Fundação Florestal –SEMIL/SP
Priscila Saviolo Moreira	Parque Estadual Ilha Anchieta - Fundação Florestal - SEMIL/SP
Ana Flavia Sallai Pinto	Associação dos Amigos e Remadores de Canoa Caiçara - AARCCA
Diego Carvalho de Oliveira	Diretoria do Litoral Norte SP Fundação Florestal –SEMIL/SP
Amanda Silva Gusmão	Fundação Florestal, DE/assessoria



FUNDAÇÃO FLORESTAL



ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA
LITORAL NORTE

Rodrigo Victor	Assessoria da Fundação Florestal
Roberto Davi Miani Cialfi	Associação as Empresas Náuticas de Ubatuba - ANUBA
Gilda Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Angélica	Castelhanos
Tânia	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP
Lucila Pinsard Vianna	Gerência Regional Litoral Norte SP Fundação Florestal –SEMIL/SP
Gabriela Tibiriçá Sartori	Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte - APAMLN - FF
Mayla Yasuoka Dombrowsky	Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte - APAMLN - FF
Renan de Souza Dias	Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte - APAMLN - FF
Lucas Felipe Fontoura da Silva	Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte - APAMLN - FF
Bruna	Associação Amor Castelhanos
Tatiana Yamauchi Ashino	Assessoria Diretoria Executiva - FF
Lais Coutinho Zayas Jimenez	Fundação Florestal - FF
Izaneide	Araçá